

*História do trabalho para
além das fronteiras*



HISTÓRIA DO TRABALHO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS

RESUMO

Este texto busca, em um primeiro momento, aprofundar o conceito de História do Trabalho, analisar as condições históricas de sua emergência e problematizar a articulação entre eurocentrismo e “nacionalismo metodológico”, responsável por uma historiografia teleológica, naturalizadora do Estado-nação e carregada de preconceitos em relação a países que estão fora do Atlântico Norte. Num segundo momento, o artigo examina os avanços e limites da “Nova História do Trabalho”, que emerge nos anos 1960, assim como os estudos mais recentes sobre os trabalhadores no chamado “Sul Global” (países da América Latina, África e Ásia). Em seguida, apresenta os esforços de historiadores do trabalho na construção de redes, organizações, congressos e pesquisas voltadas para a “História Global do Trabalho”, definida no texto em termos conceituais, temáticos, de periodização e novas abordagens, passando, principalmente, pela reconceitualização e ampliação da noção de classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE

História Global do Trabalho. Eurocentrismo. África. Ásia.

O termo “História do Trabalho” (*Labour History*, em inglês britânico) tem um significado duplo. A rigor, o conceito refere-se à história do movimento dos trabalhadores: partidos, sindicatos, cooperativas, greves e fenômenos relacionados. Quando interpretado de forma mais ampla, o conceito refere-se também à história da classe trabalhadora: o desenvolvimento das relações de trabalho, vida em família, mentalidades, etc. Essa ambiguidade parece característica do termo em inglês. Em muitas outras línguas, a história do movimento operário e a história da classe trabalhadora não podem ser resumidas em um único termo.²

Tanto o conceito “amplo” quanto o “restrito” de história do trabalho têm sua origem na região do Atlântico Norte. A formulação “ampla” da história do trabalho é mais antiga que a “restrita”. Essa história do trabalho ampla pôde começar a ser escrita assim que o capitalismo avançou a tal ponto que surgiu a necessidade de situar historicamente as transformações sociais correspondentes em geral e a “questão social” em particular. Projetos com essas características começaram a ser formulados após as revoluções de 1848 na Europa, ou talvez até antes.³ A história do trabalho “restrita” começou a se desenvolver somente nas décadas de 1870 e 1880.

¹ Diretor de Pesquisa do International Institute of Social History, Amsterdã, mvl@iisg.nl.

² Em alemão, por exemplo, há tanto *Arbeitergeschichte* quanto *Arbeiterbewegungsgeschichte*; em francês, *histoire du mouvement ouvrier* e *histoire ouvrière*.

³ Para uma visão geral, ver a introdução de VOSS, L. H. e LINDEN, M. (Org.). *Class and Other Identities: Gender, Religion and Ethnicity in the Writing of European Labour History*. New York e Oxford: Berghahn Books, 2002, p. 1-39; LUCASSEN, J. *Writing Global Labour History c. 1800-1940: A Historiography of Concepts, Periods and Geographical Scope*. In: LUCASSEN J. (Org.). *Global Labour History: A State of the Art*. Bern: Peter Lang, 2006, p. 39-89.

Enfim, um grupo de acadêmicos começou a se preocupar com a história do movimento dos trabalhadores. Esses historiadores do trabalho pertenciam à esquerda; em sua maioria eram socialistas, liberais ou cristãos socialmente conscientes. O trabalho de dois economistas marcou uma época: na Europa, Lujo von Brentano, que publicou *Sobre a História e o Desenvolvimento das Guildas, e a Origem dos Sindicatos* em 1870 e, nos Estados Unidos, Richard T. Ely, cujo livro *O Movimento Trabalhista na América* surgiu dezesseis anos depois.⁴ A partir da década de 1880, os historiadores econômicos, que estavam interessados na evolução de salários e preços, contribuíram para uma história do trabalho “restrita” e “ampla”. No fim da década de 1880, foram criados os alicerces para a história do trabalho e todas as suas formas básicas.

EUROCENTRISMO E NACIONALISMO METODOLÓGICO

Na Europa e na América do Norte do século XIX, o campo emergente da história do trabalho estava caracterizado desde o começo por uma combinação de nacionalismo metodológico e eurocentrismo, combinação que só recentemente se tornou tema de debate.

O nacionalismo metodológico — para que não se confunda com o nacionalismo político — relaciona a sociedade e o Estado em conjunto e, portanto, considera os diferentes Estados-nação como uma espécie de “Mônadas Leibnizianas” para investigação histórica. O eurocentrismo é a ordenação mental do mundo do ponto de vista da região do Atlântico Norte: nesta perspectiva, o período “moderno” começa na Europa e na América do Norte, e se estende passo a passo para o resto do mundo, a temporalidade dessa “região central” determinando a periodização do desenvolvimento de acontecimentos no resto

⁴ Ver SHEEHAN, J. J. *The Career of Lujo Brentano: A Study of Liberalism and Reform in Imperial Germany*. Chicago: University of Chicago Press, 1966; HENNOCK, E. P. *Lessons from England: Lujo Brentano on British Trade Unionism*. *German History*, 11, p. 141-160, 1993; RADER, B. G. *The Academic Mind and Reform: The Influence of Richard T. Ely in American Life*. Lexington: University of Kentucky Press, 1966.

do mundo. Historiadores reconstruíram a história das classes trabalhadoras e os movimentos dos trabalhadores na França, Inglaterra, Estados Unidos, como acontecimentos separados. Na medida em que se prestava atenção nas classes e movimentos sociais na América Latina, África ou Ásia, eram interpretados de acordo com os regimes do Atlântico Norte.

Nacionalistas metodológicos são vítimas de dois importantes erros intelectuais. Fundamentalmente, eles naturalizam o Estado-nação. Quero com isto dizer que consideram o Estado-nação como a unidade básica de análise para pesquisas históricas. Embora reconheçam que os Estados-nação só florescem nos séculos XIX e XX, ainda interpretam a história mais antiga como a pré-história do Estado-nação mais recente, e consideraram processos transfronteiriços, ou que subvertem as fronteiras, como distrações de um modelo “puro”. Estamos, portanto, lidando com uma teleologia.

Existem três variantes do eurocentrismo que devo mencionar. A primeira variante é a simples *negligência*: a atenção é dada somente para uma parte do mundo, e o autor pressupõe que a história do “seu pedaço do mundo” pode ser escrita sem levar em conta o resto. Esta atitude é bem expressa pela distinção popular entre “o Ocidente” e “o resto”, formulada por Samuel Huntington e outros.

A segunda variante é o *preconceito*: os autores levam em conta as conexões globais, mas acreditam que a Grande Europa (incluindo a América do Norte e Austrália) “mostra o caminho”. Este eurocentrismo é especialmente evidente entre os teóricos da modernização.⁵ Robert Nisbet caracteriza esta abordagem em relação ao desenvolvimento da seguinte forma:

A humanidade é comparada a uma vasta procissão, com todos, ou pelo menos um número muito grande de povos transformados em parte desse cortejo. [...] Naturalmente, a Europa Ocidental e seu padrão específico, historicamente adquirido dos valores econômicos, políticos, morais e religiosos é vista como estando à frente, na vanguarda da

⁵ BINDER, L. The Natural History of Modernization Theory. *Comparative Studies in Society and History*, v. 28, n. 1, p. 3-33, 1986.

procissão. Todos os outros povos, porém, ricos em sua própria civilização, como a China e a Índia, foram considerados, por assim dizer, “passos” em uma procissão que um dia os levará também para a realização do desenvolvimento com a qual o Ocidente foi consagrado.⁶

A terceira variante consiste em *crenças empíricas*. Esta é a variante que é mais difícil de reconhecer e combater. Estamos lidando aqui com pontos de vista científicos que aparentemente foram confirmados constantemente pela pesquisa. Eurocentristas empíricos fazem afirmações porque pensam que tudo isso é *fato*. Eles acreditam, por exemplo, que os sindicatos são sempre mais eficazes quando se concentram em alguma forma de negociação coletiva. Isso, acreditam, foi provado repetidamente. Os historiadores que defendem esse ponto de vista negariam

⁶ NISBET, R. Ethnocentrism and the Comparative Method. DESAI A, R. (Org.). *Essays on Modernization of Underdeveloped Societies*. Bombay: Thacker, v. 1, p. 95-114, 1971 (p. 101). Nisbet observou que o eurocentrismo (na época ainda chamado de etnocentrismo) é simbolizado de acordo com uma metáfora biológica de crescimento e desenvolvimento: sociedades são quase como plantas, que surgem das sementes e depois se desenvolvem em organismos maduros. Essa metáfora do crescimento baseia-se em pelo menos cinco pressupostos adicionais: “a metáfora significava, em primeiro lugar, que a mudança normalmente é *contínua*. Ou seja, cada condição identificável de uma coisa, seja uma árvore, um homem, ou uma cultura, deve ser entendida como algo que se desenvolveu a partir de uma condição que o precedeu. Segundo, grandes mudanças devem ser entendidas como cumulativas, bem como consequência adicional de uma série de pequenas mudanças. Terceiro, a mudança social é caracterizada pela *diferenciação*. Justamente como a semente ou a célula do germe fertilizado é marcada pela diferenciação e diversidade de função e forma em seu desenvolvimento, a cultura ou a instituição humana é marcada por esse tipo de manifestação ao longo do tempo. Quarto, nessa visão, a mudança de um determinado tipo de desenvolvimento é causada por uma propriedade ou um conjunto de propriedades uniformes e constantes. Da doutrina da uniformidade emerge a crença de que o conflito social, a cooperação, a localização geográfica, a raça, ou qualquer uma das demais supostas causas tão ricamente espalhadas nas páginas da história social, são as causas principais e contínuas de todo o desenvolvimento. Quinto, é evidente que uma espécie de *teleologia* está presente em todas essas teorias do desenvolvimento social. Sempre há um ‘fim’ em vista. O ‘fim’ é concebido ‘em termos puramente ocidentais’” (Id., p. 100).

enfaticamente que abrigam qualquer preconceito eurocêntrico, e poucos são os que realmente possuem tais preconceitos. Atacar as duas primeiras variantes (negligência e preconceito) é relativamente simples, mas a terceira variante apresenta um obstáculo maior. Como o falecido Jim Blaut escreveu: “eurocentrismo [...] é algo muito complexo. Nós podemos banir todos os sentidos de valoração da palavra, todos os preconceitos, e ainda temos o eurocentrismo como um conjunto de crenças empíricas.”⁷

A NOVA HISTÓRIA DO TRABALHO

No âmbito do eurocentrismo e do nacionalismo metodológico, uma inovação historiográfica substantiva era bastante possível. Na década de 1960, vemos o início da chamada “nova” história do trabalho, com E.P. Thompson, sendo *A Formação da Classe Operária Inglesa* uma publicação de referência. Este grande livro, por meio da ênfase na cultura e na consciência, transformou a história do trabalho na história da classe trabalhadora, uma vez que sua mensagem foi assimilada. No mundo de fala inglesa, o livro de Thompson foi o indicador mais importante que marcou a transição da chamada “velha” história do trabalho para a nova.⁸ Hoje existe um amplo consenso sobre a natureza dessa transição.⁹ A “velha” história do trabalho era institucional, focada na descrição da evolução organizacional, debates políticos, líderes e greves. Foi representada por Sidney e Beatrice Webb, pela Escola de Wisconsin de John Commons e outros, mas também por marxistas como Philip Foner. A “nova”

⁷ BLAUT, J. *The Colonizer's Model of the World*. New York: The Guilford Press, p. 9, 1993.

⁸ BRODY, D. Reconciling the Old Labor History and the New. *Pacific Historical Review*, 62, p. 1-18, fev. 1993.

⁹ Os termos “velha” e “nova” história do trabalho parecem ter sido inventados nos Estados Unidos por volta de 1970. Ver KRUEGER, T. A. American Labor Historiography, Old and New: A Review Essay. *Journal of Social History*, 4, p. 277-85, 1971. Um tipo de codificação da distinção pode ser encontrada no artigo de BRODY, D. The Old Labor History and the New: In Search of an American Working Class. *Labour History*, 20, p. 111-26, inverno 1979.

história do trabalho tentava *contextualizar* as lutas dos trabalhadores. Como Eric Hobsbawm colocou, ela acentuou “a classe trabalhadora como tal [...] e] as condições econômicas e técnicas que permitiam a efetividade dos movimentos trabalhistas, ou as que os impediam de serem eficazes.”¹⁰

As diferenças entre a “velha” e a “nova” história do trabalho são muitas vezes exageradas, pois na “velha” história do trabalho a atenção não foi dada com pouca frequência “à classe operária como tal”. Mesmo assim, não se pode negar que a “nova” história do trabalho dos anos 1970 e 1980 introduziu uma renovação dramática da disciplina. Não apenas os processos de trabalho e a cultura do cotidiano, mas também de gênero, raça, etnia e idade ganharam finalmente a atenção que merecem, juntamente com as estruturas familiares, sexualidade e a política informal. A “nova” história do trabalho marca uma verdadeira revolução intelectual.

Ao mesmo tempo, porém, a “nova” história do trabalho ficou presa em uma perspectiva antiga, limitada. Do ponto de vista global, há algo peculiar sobre o livro que provavelmente não foi notado antes, mas que agora, em circunstâncias diferentes, chama a nossa atenção: Thompson reconstrói o processo inglês de formação das classes (no período 1792-1832) como um *processo autossuficiente*. A Inglaterra é, de acordo com sua análise, a unidade lógica de análise, enquanto as forças externas, que certamente a influenciaram, são especificamente retratadas como influências *estrangeiras*. Assim, a Revolução Francesa desempenha um papel importante no plano de fundo da narrativa de Thompson, como uma fonte de inspiração das atividades da classe trabalhadora. Mas a evolução de acontecimentos nos países vizinhos é sempre uma “externalidade”. Somado a isso está o fato de que Thompson não presta atenção em seu livro no papel das conexões imperiais. O colonialismo, com sua influência cada vez mais significativa na vida das classes mais baixas ao longo do século XIX, é simplesmente ignorado.

Peter Linebaugh e Marcus Rediker apontaram que a *London Corresponding Society* (Sociedade Londrina de

¹⁰ HOBBSAWM, E. J. *Labouring Men: Studies in the History of Labour*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1964 (p. 4).

Correspondência) (que desempenha um papel tão importante em *A Formação*) se declarou na sua fundação em 1792 a favor da igualdade de “preto ou branco, alto ou baixo, rico ou pobre”. Mas em agosto do mesmo ano, afirmou: “concidadãos, de todas as classes e em cada situação na vida, rico, pobre, alto ou baixo, dirigimo-nos a todos como nossos irmãos”. Aqui, a expressão “preto ou branco” tinha desaparecido. Linebaugh e Rediker argumentam que esta súbita mudança de expressão deve ser explicada com referência à revolta no Haiti pouco antes: “A raça torna-se, assim, um elemento complicado e, para muitos, ameaçador na Inglaterra, de tal forma que a liderança da LCS agora preferia evitá-la.”¹¹ Tais ligações transatlânticas não podem ser encontradas na escrita de Thompson. Sua abordagem ‘insular’ é tanto mais surpreendente, dado que, politicamente, ele foi um internacionalista, tinha familiaridade, dos seus tempos de infância, com histórias sobre a Índia britânica, onde seus pais tinham vivido durante algum tempo.¹² Este exemplo sugere que, apesar de sua realização pioneira, *A Formação da Classe Operária Inglesa* expressa continuidades importantes entre a “velha e a “nova” história do trabalho. Essa continuidade é visível na grande maioria das publicações que tentaram superar as limitações da “velha” história do trabalho.

HISTÓRIA DO TRABALHO FORA DO ATLÂNTICO NORTE

Gradualmente, historiografias do trabalho começaram a se desenvolver fora da região do Atlântico Norte. Já em 1898, Mikhail Tugan-Baranovskii havia publicado a história da sua fábrica na Rússia; trabalho inovador foi realizado também por Rajani Kanta Das, que em 1920 escreveu uma série de livros sobre

¹¹ LINEBAUGH, P. e REDIKER, M. *The Many-Headed Hydra: The Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000 (p. 274).

¹² PALMER, B. D. *E.P. Thompson: Objections and Oppositions*. London e New York: Verso, 1994, p. 11-51. Ver também THOMPSON, E. P. *Making History: Writings on History and Culture*. New York: The New Press, 1994, p. 200-225, e NAIRN, T. *The Break-Up of Britain: Crisis and Neo-Nationalism*. London e New York: Verso, 2. ed, 1977, p. 303-304.

a Índia e a diáspora indiana. Outra pioneira foi Marjorie Ruth Clark, que um pouco mais tarde produziu o que foi provavelmente o primeiro estudo acadêmico sobre o movimento operário mexicano.¹³

No decorrer do século XX, ocorre o crescimento da história do trabalho na periferia e semiperiferia. Quanto mais países “do Sul” desenvolviam classes trabalhadoras, maior se tornava o interesse acadêmico em suas atividades e no seu passado.¹⁴ Muitas vezes, tais estudos focavam nos “problemas” que o trabalho poderia causar aos empresários e governos. Mas, logo que a autoconfiança do “Terceiro Mundo” começou a crescer,

¹³ TUGAN-BARANOVSKII, M. I. *The Russian Factory in the Nineteenth Century*. Homewood, IL: R. D. Irwin for the American Economic Association, 1970; DAS, R. K. *Factory Labour in India*. Berlin e Leipzig: W. de Gruyter, 1923; id., *Factory Legislation in India*. Berlin e Leipzig: W. de Gruyter, 1923 (Introdução de J. R. COMMONS); id., *The Labour Movement in India*. Berlin e Leipzig: W. de Gruyter, 1923; CLARKE, M. R. *Organised Labour in Mexico*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1934 (reimpressão New York: Russell e Russell, 1973).

¹⁴ Naturalmente, há exceções a essa regra. Isso é particularmente verdadeiro em relação a alguns países árabes onde a historiografia encontra-se em crise porque a pesquisa está sendo prejudicada pela interpretação islâmica e pela repressão política. Em alguns poucos casos, a história do trabalho logo floresceu e quase desapareceu novamente. É o caso da Nigéria, onde a historiografia se desenvolveu rapidamente desde a década de 1950, mas teve uma forte orientação política e se ocupou principalmente com a descolonização. A comunidade de historiadores se dividiu nos anos 1970 entre tradicionalistas e reformistas. A ala reformista impulsionou os estudos da história do trabalho, mas essa tendência acabou num beco sem saída na década de 1980, provavelmente em razão do estado deplorável do país. Outro sintoma de declínio foi o fato de que o *Journal of the Historical Society of Nigeria*, que foi fundado em 1956 e publicou um número dedicado à história do trabalho, encerrou sua publicação em 1985. O estudo de história na Nigéria, observou Dibua em 1997, “está sempre ameaçado de extinção”. DIBUA, J. I. The Idol, Its Worshippers, and the Crisis of Relevance of Historical Scholarship in Nigeria. *History in Africa*, 24, p. 117-37, 1997 (p. 117). Ver também o relatório preliminar de FALOLA, T. Trends in Nigerian Historiography. *Transafrican Journal of History*, 10, p. 96-112, 1981, e ADEOYE, A. O. Understanding the Crisis in Modern Nigerian Historiography, *History in Africa*, 19, p. 1-11, 1992. Para um exame geral da história do trabalho na África, ver ECKERT, A. Geschichte der Arbeit und Arbeitergeschichte in Afrika, *Archiv für Sozialgeschichte*, 39, p. 502-530, 1999.

as conquistas dos movimentos trabalhistas atraíram mais atenção. Em vários países do “Sul”, a história do trabalho cresceu nos últimos anos do século XX. O desenvolvimento parece ter sido mais espetacular na América Latina, onde, especialmente na década de 1970, o debate europeu e norte-americano impulsionou muitos estudos históricos sobre o trabalho industrial. Rapidamente o interesse se espalhou para abranger outros grupos não-elitizados: camponeses, pequenos comerciantes, povos indígenas, negros e os imigrantes. John D. French resumiu esta evolução:

Os países latino-americanos com movimentos de trabalhadores fortes sempre tiveram uma massa crítica de estudos do trabalho, mais notadamente no México, um mundo em si, mas também no Chile e na Argentina. Após a turbulenta década de 1970, o campo também decolou, com força e inovação particulares, no Brasil, Peru e Equador. [...] Estudos sobre o trabalho também mostraram vigor e sustentação na Bolívia, Colômbia, Venezuela e Uruguai. O estudo do trabalho urbano e rural também ganhou visibilidade nos países modestamente industrializados da América Central. No Caribe Hispânico, o estudo do trabalho tem-se desenvolvido em Porto Rico, enquanto um trabalho interessante foi produzido em Cuba, bem como na República Dominicana. Quanto aos países de língua inglesa do Caribe, ainda muitas vezes ignorados, um excelente trabalho ainda parece se construir com base nas clássicas monografias históricas escritas por Ken Post e Walter Rodney, na década de 1970.¹⁵

A situação é igualmente notável na África do Sul, onde há um aumento na história do trabalho e da classe trabalhadora iniciada na década de 1970, embora com uma divisão entre os

¹⁵ FRENCH, J. D. Latin American and International Working Class History on the Brink of the 21st Century: Points of Departure in Comparative Labour Studies. *Development and Society* [Seoul National University], 29, 2, p. 137-163, 2000 (p. 138-39). Ver também id., The Latin American Labor Studies Boom, *International Review of Social History*, 45, p. 279-308, 2000.

defensores de uma abordagem “restrita” (institucional) e uma abordagem “ampla” (social e cultural):

Na verdade, se desenvolveu uma bifurcação no âmbito da historiografia radical sul-Africana: enquanto a história do trabalho centra-se no local de trabalho, nas relações laborais e na organização da classe trabalhadora, a história social considera o destino da classe trabalhadora e outros grupos oprimidos fora da produção industrial.¹⁶

A razão para essa divisão está no desenvolvimento político após 1970. O novo movimento sindical sentiu a necessidade de ter uma historiografia “pessoal”, e alguns dos primeiros esforços na história do trabalho foram formulados diretamente pelas necessidades dos novos sindicatos ou claramente inspiradas por preocupações semelhantes.¹⁷ Simultaneamente, um outro desenvolvimento foi ganhando terreno: historiadores Sul-Africanos, que estudaram no exterior, principalmente na Grã-Bretanha, voltaram para seu país e fomentaram uma história do trabalho mais ampla. Um sintoma disso é o movimento *History Workshop* (Oficina de História), inspirado nas obras de Raphael Samuel, E.P. Thompson e outros.¹⁸

Na Índia, onde parcelas da elite política são fortemente influenciadas pela tradição universitária britânica, o interesse na história de trabalho começou a crescer a partir do final dos anos 1960.¹⁹ Muitas das primeiras monografias foram fortemente

¹⁶ LEWIS, J. South African Labor History: A Historiographical Assessment, *Radical History Review*, 46-47, p. 213-235, 1990 (p. 213).

¹⁷ *Ib.*, p. 218.

¹⁸ BOZZOLI, B. Intellectuals, Audiences and Histories: South African Experiences, 1978-88, *Radical History Review*, 46/47, p. 237-63, 1990; BONNER, P. New Nation, New History: The History Workshop in South Africa, 1977-1994, *Journal of American History*, 81, 3, p. 977-985, dez. 1994; COBLEY, A. Does Social History Have a Future? The Ending of Apartheid and Recent Trends in South African Historiography, *Journal of Southern African Studies*, 27, p. 613-625, 2001; LEGASSICK, M. The Past and Present of Marxist Historiography in South Africa, *Radical History Review*, 82, p. 111-30, inverno 2002.

¹⁹ Sobre o início da história do trabalho na Índia, ver BOSE, S. Indian Labour and Its Historiography in Pre-Independence Period, *Social Scientist* [New

tradicionais, mesmo com o fato de que alguns autores começaram relativamente cedo a conectar aspectos institucionais com elementos mais amplos da história social.²⁰ Um impulso especial emanou nos anos 1980 a partir dos chamados Estudos Subalternos, nos quais Ranajit Guha foi o principal protagonista. Esta foi uma tendência muito politizada que se concentrou na história de camponeses pobres e sem-terra, e produziu alguns estudos influentes.²¹ Nesse período ele perdeu parte de sua influência no sul da Ásia, mas, paradoxalmente, tornou-se popular entre os estudiosos das Américas.²² Paralelamente a este empreendimento surgiu uma terceira corrente, constituída por jovens historiadores interessados na história do trabalho, que se distanciou dos Estudos Subalternos e trabalhou com mais ênfase sobre os trabalhadores e suas famílias. Este terceiro contingente mostrou comparativamente maior interesse com problemas infraestruturais e também iniciou a criação de um arquivo de história do trabalho.²³

Delhi], 143, 3-10, abr. 1985, e DAS GUPTA, R. Indian Working Class and Some Recent Historiographical Issues, *Economic and Political Weekly*, 31, 8, p. 27-31, 24 fev. 1996. O avanço no final da década de 1960 é visível, por exemplo, em *Proceedings of the Indian History Congress*, desde aproximadamente 1968.

²⁰ R. das Gupta é talvez o mais importante exemplo disso. Alguns dos seus ensaios encontram-se em *Labour and Working Class in Eastern India: Studies in Colonial History*. Calcutta: K. P. Bagchi & Co., 1994.

²¹ AMIN, S. *Sugarcane and Sugar in Gorakhpur: An Inquiry into Peasant Production for Capitalist Enterprise in Colonial India*. Delhi: Oxford University Press, 1984; CHAKRABARTY, D. *Rethinking Working Class History: Bengal, 1890-1940*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989; PRAKASH, G. *Bonded Histories: Genealogies of Labour Servitude in Colonial India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

²² Para críticas devastadoras dos Estudos Subalternos, ver BAHL, V. Situating and Rethinking Subaltern Studies for Writing Working-Class History. In DIRLIK, A.; BAHL, V.; GRAN, P. (Org.). *History after the Three Worlds: Post-Eurocentric Historiographies*. Lanham: Rowman e Littlefield, 2000, p. 85-124; KAIWAR, V. Towards Orientalism and Nativism: The Impasse of Subaltern Studies, *Historical Materialism*, 12, 2, p. 189-247, 2004.

²³ Publicações importantes desse círculo incluem SIMEON, D. *The Politics of Labour under Late Colonialism: Workers, Unions and the State in Chota Nagpur, 1928-1939*. Delhi: Manohar, 1995; NAIR, J. *Miners and Millhands: Work, Culture and Politics in Princely Mysore*. New Delhi: Sage, 1998; SEN, S. *Women and Labour in Late Colonial India: The Bengal Jute Industry*.

Para além destes desenvolvimentos no Sul Global, os historiadores da Europa, América do Norte e Austrália evidenciaram um interesse bem cedo — a partir dos anos 1950 — nos movimentos dos trabalhadores na África, Ásia e América Latina. Esta atenção, que originalmente devia muito ao contexto da Guerra Fria e da descolonização, foi politicamente motivada pelo sentimento anticomunista e pelo desejo de acompanhar e investigar o grau de influência comunista sobre as classes trabalhadoras nessas regiões.²⁴ Por outro lado, houve também historiadores socialistas ou comunistas que naquela época estavam trabalhando com a história dos países semi-colonizados ou ex-

Publicações importantes desse círculo incluem SIMEON, D. *The Politics of Labour under Late Colonialism: Workers, Unions and the State in Chota Nagpur, 1928-1939*. Delhi: Manohar, 1995; NAIR, J. *Miners and Millhands: Work, Culture and Politics in Princely Mysore*. New Delhi: Sage, 1998; SEN, S. *Women and Labour in Late Colonial India: The Bengal Jute Industry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999; CHANDAVARKAR, R. *The Origins of Industrial Capitalism in India: Business Strategies and the Working Classes in Bombay, 1900-1940*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994; id., *Imperial Power and Popular Politics: Class, Resistance and the State in India, c.1850-1950*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; JOSHI, C. *Lost Worlds of Labour: Culture and Community in North India*. Delhi: Permanent Black, 2002; BEHAL, R. e LINDEN, M. (Org.). *India's Labouring Poor: Historical Studies c.1600-c 2000*. Delhi: Foundation Books, 2007.

²⁴ Sobre a América Latina, ver, por exemplo: ALEXANDER, R. J. *Communism in Latin America*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1957; id., *The Communist Party of Venezuela*. Stanford, CA: Hoover Institution Press, 1969; GOLDENBERG, B. *Kommunismus in Lateinamerika*. Stuttgart: Kohlhammer, 1971. Sobre o Sudeste da Ásia: McVEY, R. T. *The Rise of Indonesian Communism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1965. Sobre a Ásia Oriental: SCALAPINO, R. A. *The Japanese Communist Movement, 1920-1966*. Berkeley, CA: University of California Press, 1967; id. e LEE, Chong-Sik. *Communism in Korea*. Berkeley, CA: University of California Press, 1972. Ainda em 1983, Scalapino publicou *The Early Japanese Labour Movement: Labour and Politics in a Developing Society* (Berkeley, CA: Center for Japanese Studies, 1983). Esse estudo, de acordo com o prefácio de dezembro de 1982, “foi completado precisamente vinte anos atrás, com exceção do ‘capítulo de síntese final’”. Ver também a bibliografia de COLOTTI-PISCHEL, E. e ROBERTAZZI, C. *L'Internationale Communiste et les problèmes coloniaux 1919-1935*. Paris: Mouton, 1968.

colônias.²⁵ Um pouco mais tarde e sob a influência do movimento internacional de estudantes, estudiosos do Japão, da China e especialistas na África tornaram-se envolvidos no estudo da história do trabalho na sua área geográfica específica de investigação. Várias dissertações e monografias sobre o tema foram escritas.²⁶ Enquanto comunistas e anticomunistas frequentemente limitavam-se a questões institucionais, os seguidores da “Nova Esquerda” geralmente preferiam temas mais amplos.

Em segundo lugar, em alguns países que haviam presenciado o declínio no estudo dos aspectos institucionais da história do trabalho, manteve-se certa continuidade porque os estudiosos se mudaram para campos vizinhos da história social, como estudos sobre as mulheres ou a investigação sobre grupos étnicos e imigrantes.

ORGANIZAÇÕES E REDES

Desde o final da década de 1950, os historiadores têm construído organizações que facilitam os avanços de interesses e a comunicação entre eles: em 1959, o *Verein für Geschichte der Arbeiterbewegung* (Associação para a História do Movimento Trabalhista), na Áustria; em 1960, a Sociedade Britânica para o

²⁵ Na França, por exemplo: SURET-CANALE, J. *L’Afrique noire - Yère coloniale*. Paris: Editions Sociales, 1964; CHESNEAUX, J. *Le mouvement ouvrier chinois de 1919 à 1927*; a versão inglesa é *The Chinese Labour Movement 1919-1927*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1968. Chesneaux desenvolveu ainda um esquema da classe trabalhadora chinesa para historiadores ocidentais. Ver seu *Perspectives des études d’histoire contemporaine chinoise*, *Archiv Orientalní*, 31 p. 310-20, 1963. Para uma avaliação do trabalho de Chesneaux, ver DIRLIK, A. *Workers, Class, and the Socialist Revolution*.

²⁶ Por exemplo, POHL, M. *Die Bauernpolitik der Kommunistischen Partei Japans, 1922-1928*. Hamburg: Mitteilungen der Gesellschaft für Natur- und Völkerkunde Ostasiens, v. 62, 1976; MATHIAS, R. *Industrialisierung und Lohnarbeit. Der Kohlebergbau in Nord-Kyushu und sein Einfluss auf die Herausbildung einer Lohnarbeiterschaft*. Vienna: Beiträge zur Japanologie, v. 15, 1978. Ver também FREUND, B. *Labour and Labour History in Africa: A Review of the Literature*, *African Studies Review*, 27, 2, p. 1-58, 1984, que discute não apenas os estudos africanos, mas também os europeus e norte-americanos.

Estudo da História do Trabalho; em 1961, a Sociedade Australiana de Estudos da História do Trabalho.²⁷ Desde então, organizações similares foram formadas no Canadá, nos Estados Unidos, na Suécia, na Irlanda e em outros países.

Fora da região do Atlântico Norte, o avanço real, em termos de congressos e de associações, é de safra muito recente. Depois de um importante esforço inicial sul africano, em 1977 — o *History Workshop* daquele ano — a decolagem ocorreu em 1996 com a fundação da Associação Indiana de Historiadores do Trabalho, uma organização dinâmica, que não só organiza conferências a cada dois anos, mas também se envolve em muitas outras atividades.²⁸ No Brasil, em 2000, foi criado o grupo *Mundos do Trabalho*, uma rede de historiadores do trabalho constituída no interior da Associação Nacional de História (ANPUH).²⁹ Os primeiros congressos foram realizados em Karachi (1999), Seul (2001), e Yogyakarta (2005). Um segundo Congresso Sul-Africano ocorreu em Joanesburgo, em 2006.³⁰

²⁷ Sobre a Sociedade Australiana e seu jornal *Labour History*, ver FRY, E. The Labour History Society (ASSLH): A Memoir of its First Twenty Years, *Labour History*, 77, p. 83-96, nov. 1999, e PATMORE, G. "The Right Wing Won't Write" - Labour History in 1962, *Labour History*, 82, p. vii-ix, mai. 2002.

²⁸ A ideia de formar essa associação surgiu durante a primeira conferência sobre história do trabalho indiano, com o título *Trabalho no Sul Asiático: Articulações locais e globais*, que ocorreu em outubro de 1995, no Instituto Internacional de História Social, em Amsterdã, organizada por Prabhu. Mohapatra e Marcel van der Linden. A associação foi fundada em um encontro na Jawaharwal Nehru University, em Nova Déli, em dezembro de 1996, e tem organizado conferências bi-anuais desde 1998. Ver <<http://www.indialabourarchives.org/ailh.htm>>.

²⁹ Ver <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/>>.

³⁰ Os organizadores do *workshop* de Karachi foram K. A. ALI (University of Rochester, USA), K. ALI (PILER) e Y. SAMAD (University of Bradford, UK). Ver o relatório: SAMAD, Y. e ALI, K. A. Labour in Pakistan, *International Labor and Working-Class History*, 58, p. 314-317, outono 2000. Um relatório do congresso de Seul foi publicado pelo organizador JIE-HYUN, L. From Hard History to Soft History: Cultural Histories of the Korean Working Class, *International Labor and Working-Class History*, 61, p. 169-172, primavera 2002. Os organizadores do *workshop* de Yogyakarta foram J. ELLIOTT (Wollongong University, Australia), E. ERWIZA (LIPI, Yogyakarta, Indonesia) e R. SAPTARI (IISH, Amsterdã, Netherlands). Não foi publicado relatório. Os anais do segundo congresso de Johannesburg foram publicadas em *Transnational and Comparative Perspectives on Southern African Labour History*, organizado por Philip . BONNER, Jonathan.

Em paralelo a estes esforços nacionais, os contatos entre historiadores de diferentes países e continentes se intensificaram. A partir do século XIX, os historiadores do trabalho já estavam trabalhando juntos para além das fronteiras no estudo da história das “internacionais” (a Primeira, a Socialista e a Comunista), e de como eventos como a Comuna de Paris ou a Revolução Russa afetaram os acontecimentos em muitos países.³¹ No entanto, uma forma sistemática de comunicação transnacional entre os historiadores do trabalho parece ter começado com alguma prudência na década de 1960, no mínimo.

O ASCENSO DA HISTÓRIA GLOBAL DO TRABALHO

Quando a história do trabalho se espalhou pelo mundo, ela manteve a abordagem eurocêntrica e monadológica. Os historiadores ‘periféricos’ também se concentraram em mineiros, estivadores ou trabalhadores de plantações, em famílias abandonadas e no trabalho que tem lugar dentro das casas. Eles também procuraram principalmente greves, sindicatos e partidos políticos. E, mais importante, eles usaram o desenvolvimento do Atlântico Norte, como um modelo que as classes trabalhadoras “periféricas” ainda não tinham atingido.³² Gradualmente, foram

³¹ A historiografia das Internacionais começou com o estudo de James Guillaume sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores, *a Internacional*. Para uma visão geral da bibliografia relevante até meados da década de 1980, ver LINDEN, M., *Internationalism in the Labour Movement, 1830-1940: Fragments of a Bibliography*. In: HOLTHOON, F. L. e LINDEN, M. (Org.). *Internationalism in the Labour Movement, 1830-1940*. Leiden: Brill, 1988, v. II, p. 624-654.

³² Sobre a história escrita fora da Europa, como a historiografia do “(não) ainda” e das “ausências”, ver CHAKRABARTY, D. *Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for “Indian” Pasts?*, *Representations*, 37, p. 1-26, inverno 1992. É interessante notar que o projeto dos Estudos Subalternos, no qual Chakrabarty participou, não poderia escapar a esse problema. O anúncio do projeto foi redigido da seguinte forma: “O problema central da historiografia da Índia colonial” foi o “fracasso histórico da nação de encontrar a si mesma, um fracasso decorrente da inadequação da burguesia e da classe trabalhadora de conduzirem a nação para uma vitória decisiva contra o colonialismo e para a revolução democrático-burguesa do tipo clássico do século XIX.” GUHA, R. *On Some*

feitas tentativas para desenvolver uma abordagem menos eurocêntrica. Obras inovadoras nesse sentido são as histórias de Walter Rodney sobre a costa Norte da Guiné e sobre o povo trabalhador da Guiana (1970 e 1981), o livro *Chibaro* de Charles van Onselen (1976) sobre o trabalho em minas na Rodésia do Sul e os ensaios reunidos no livro *Labour and Working Class in Eastern India*, de Ranajit Das Gupta (1994), sobre os mineiros e os trabalhadores das plantações e da indústria têxtil, em Assam, Bengala e outras localidades.³³

A monadologia eurocêntrica começou a ser superada em várias partes do mundo e de diferentes lados — lentamente no início, mas mais rapidamente nos últimos anos. A causa inicial foi o ascenso da pesquisa comparativa internacional, iniciada na região do Atlântico Norte. A ascensão da história do trabalho na “periferia” contribuiu para a desintegração da monadologia eurocêntrica. O Estado-nação era cada vez mais historicizado e, portanto, relativizado; o eurocentrismo era cada vez mais atacado. Essas duas tendências subversivas devem ser claramente distinguidas, mas transcorrem mais ou menos paralelamente. Seu aparecimento está ligado a uma série de mudanças que ocorreram desde a Segunda Guerra Mundial, ou em alguns casos começaram mais cedo:

* A descolonização levou à criação de muitos novos países independentes, especialmente na África e na Ásia, que começaram a investigar suas próprias histórias sociais; dessa forma, a história do trabalho adquiriu não somente um aspecto cada vez mais importante (o número de

Aspects of the Historiography of Colonial India. In: GUHA, R. e SPIVAK, G. C. (Org.). *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988, p. 37-43 (p. 43). Essa “problemática”, embora redigida conforme a fraseologia do *Comintern*, é de fato um *tópos* ocidental. CHANDAVARKAR, R. “The Making of the Working Class”: E. P. THOMPSON and Indian History, *History Workshop Journal*, 43, p. 177-196, 1997 (p. 182).

³³ RODNEY, W. *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1970; id., *A History of the Guyanese Working People, 1881-1905*. Baltimore, MD: John Hopkins University Press, 1981; ONSELEN, C. *Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia*. Johannesburg: Ravan Press, 1976; GUPTA, *Labour and Working Class in Eastern India*.

componentes se expandiu), mas também se tornou claro rapidamente que a história “periférica” obviamente não poderia ser escrita sem se referir à história da metrópole.

* Comunidades transcontinentais imaginárias se desenvolveram, como o Pan-africanismo.

* Na pesquisa referente à migração histórica surgiu a percepção de que a perspectiva de um enclave étnico-nacional era uma interpretação equivocada da realidade de vida do migrante, pois constantemente eles vivem de forma transcultural.

* As culturas das fronteiras que foram “descobertas” não se adaptaram ao esquema monadológico: por exemplo, a *creolization* (conceito que se refere ao modo como culturas afro-americanas emergiram no Novo Mundo).

* O mesmo se aplica aos ciclos transnacionais de protestos e greves.

Todos estes desenvolvimentos, somados às consequências da onda contemporânea de desterritorialização econômica (globalização), como a proletarização na “periferia”, novas formas de protesto dos trabalhadores, novos movimentos de trabalhadores e a crescente consciência da interdependência mundial (*One World*) pareciam exigir um novo tipo de historiografia, uma história que “ultrapassasse” o trabalho tradicional da América do Norte e da Europa, incorporando as suas conclusões em uma nova abordagem orientada globalmente. Isto é, na verdade, um projeto extremamente ambicioso, que mal começou. Muitos dos objetivos desta nova partida precisam de elucidação. Estamos em uma situação excitante de transição, na qual a disciplina está envolvida em sua reinvenção. A “velha” e a “nova” história do trabalho dão espaço à história do trabalho “global”.³⁴

A que se refere o termo “História Global do Trabalho”? Todos podem, naturalmente, anexar os significados que quiserem, mas pessoalmente quero dizer o seguinte:

³⁴ LINDEN, M. *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History*. Leiden e Boston: Brill, 2008.

(i) Quanto ao *status metodológico*, eu gostaria de sugerir que o que está em questão é uma “área de interesse”, ao invés de uma teoria à qual todos devem aderir. Nós sabemos e devemos aceitar o fato de que nossas concepções de pesquisa e nossas estruturas interpretativas podem ser diferentes. Tal pluralismo é não apenas inevitável, como pode muito bem ser intelectualmente estimulante — desde que estejamos sempre preparados para entrar em uma discussão séria de nossos pontos de vista diferentes. Não obstante nossos diferentes pontos de partida, também temos que nos esforçar para trabalhar de forma produtiva nos mesmos campos de pesquisa.

(ii) No que diz respeito a *temas*, a História Global do Trabalho focaliza o estudo transnacional e até mesmo transcontinental das relações de trabalho e movimentos sociais dos trabalhadores no sentido mais amplo da palavra. Por “transnacional” quero dizer a inserção de todos os processos históricos, não importa o quão geograficamente “pequenos”, em um contexto mais amplo, por meio da comparação com os processos em outro lugar, do estudo dos processos de interação, ou de uma combinação dos dois. O estudo das relações de trabalho engloba o trabalho, bem como o não-livre; o pago, bem como o não-pago. Movimentos sociais dos trabalhadores consistem tanto de organizações formais quanto de atividades informais. O estudo das relações dos movimentos sindical e social exige que igual atenção seja dedicada ao “outro lado” (empregadores, autoridades públicas). O estudo das relações de trabalho diz respeito não só ao trabalhador individual, mas também à sua família. As relações de gênero desempenham um papel importante no seio da família e nas relações de trabalho envolvendo seus membros.

(iii) No que se refere ao *período* estudado, acredito que, na História Global do Trabalho, não existem limites, a princípio, na perspectiva temporal. No entanto, afirmaria que, na prática, a ênfase está no estudo das relações de trabalho e movimentos sociais dos trabalhadores, que têm evoluído com o crescimento do mercado mundial a partir do século XIV. Cabe sempre assinalar que, por exemplo, para fins comparativos, estudos que voltam ainda mais no tempo não devem de maneira nenhuma ser excluídos.

Este é, de fato, um projeto extremamente ambicioso que acaba de começar. Muitas das metas desta nova abordagem permanecem obscuras ou precisam de maiores explicações.

A NECESSIDADE DE NOVAS BASES

O desenvolvimento da história global do trabalho terá de superar muitos obstáculos, a fim de florescer. Esses obstáculos incluem problemas práticos, como o fato de que em muitos países do Sul Global estão ausentes instituições bem estabelecidas que organizam arquivos ativamente.³⁵ Não quero deter-me sobre estas dificuldades técnicas e quero me concentrar agora nos desafios substantivos. O maior obstáculo que temos está em nós mesmos, com nossas teorias e interpretações tradicionais. Já mencionei as duas mais importantes armadilhas: nacionalismo metodológico e eurocentrismo.

O conceito “classe trabalhadora” merece um exame crítico. Aparentemente esse termo foi inventado no século XIX para identificar o grupo dos chamados “trabalhadores respeitáveis?” em contraste com os escravos e outros trabalhadores não-livres, os autônomos (a “pequena burguesia”) e pobres marginalizados, o lumpemproletariado. Por muitas razões, que a falta de espaço não me permite discutir aqui, esta interpretação simplesmente não é adequada para o Sul Global. Os grupos sociais que aos olhos da velha e da nova história do trabalho não são quantitativamente significativos — exceções que confirmam a regra — são a regra em grande parte da Ásia, África e América Latina. Teremos que inventar uma nova concepção, que é menos orientada para a *exclusão* do que para a *inclusão* de vários grupos de trabalhadores marginalizados ou dependentes. Temos que reconhecer que o trabalhador assalariado “real”, que foi o centro das atenções para Marx, isto é, trabalhadores que, como indivíduos livres podem dispor de sua própria força de trabalho como sua própria mercadoria, e não têm outra mercadoria para

³⁵ A possibilidade de se construir um arquivo com bom funcionamento e recursos financeiros modestos é demonstrada pelo exemplo do Instituto Nacional do Trabalho V.V. GIRI, em Noida (Índia).

venda, são apenas uma das formas na qual o capitalismo transforma a força de trabalho em mercadoria.³⁶ Existem muitas outras que exigem a mesma atenção, tais como a escravidão, o trabalho aprendiz e a parceria agrícola.³⁷

A implicação é que os limites disciplinares da história do trabalho terão que ser superados, um processo que já está em curso. A historiografia da escravidão, que até recentemente não era geralmente levada em conta pelos historiadores do trabalho, sobrepõe-se significativamente à história global do trabalho. Um argumento semelhante pode ser feito sobre outros campos de pesquisa, como a história dos trabalhadores contratados para trabalho forçado, por exemplo, os *coolies* indianos que eram empregados em outras partes da Ásia, bem como na Austrália, Fiji, África e no Caribe.

Uma abordagem ampliada nos permitirá levar a sério essas “anomalias” que até agora têm sido negligenciadas, como os escravos de aluguel que existiram em várias partes do mundo. Tomemos como exemplo os inúmeros chamados “ganhadores” no Nordeste do Brasil, em meados do século XIX. Seus mestres ordenavam que esses escravos procurassem um emprego em cidades portuárias como Salvador, na Bahia. O exemplo dos “ganhadores” mostra que os limites entre conceitos como “trabalho assalariado” e “escravidão” podem ser extremamente confusos. É minha opinião que os historiadores do trabalho devem se utilizar dessa imprecisão como um estímulo para repensar o conceito de classe trabalhadora. Esse conceito, que se originou na Europa do século XIX, tem sido questionado cada vez mais nas últimas décadas. Historiadores e sociólogos apontam que as fronteiras entre o trabalho assalariado “livre”, o autoemprego e o trabalho escravo não são claramente definidas e que a oposição entre o trabalho urbano e rural não deve ser considerada absoluta. Primeiro, há extensas e complicadas áreas cinzentas cheias de pontos de transição entre os trabalhadores assalariados “livres” e os escravos, os trabalhadores independentes e o lumpemproletariado. Em segundo lugar, quase todos os trabalhadores subalternos pertencem a famílias que

³⁶ MARX, K. *Capital*, v. I, Harmondsworth: Penguin, 1976, p. 272.

³⁷ Uma argumentação mais completa encontra-se em meu livro *Workers of the World*, capítulo 2.

combinam vários modos de trabalho. Em terceiro lugar, os trabalhadores individuais subalternos também podem combinar diferentes formas de trabalho, tanto sincrônica quanto diacronicamente. Finalmente, as distinções entre os diferentes tipos de trabalhadores subalternos não são claras.

As implicações são profundas. Aparentemente, há uma grande classe de pessoas dentro do capitalismo, cuja força de trabalho é mercantilizada de várias maneiras. Gostaria de chamar esta classe de *classe trabalhadora subalterna* ou *ampliada*. Seus membros formam um grupo muito variado: incluem escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. É a dinâmica histórica da “multidão” que devemos tentar compreender. Temos que considerar que no capitalismo sempre existiu, e provavelmente continuarão a existir, diversas formas de trabalho mercantilizado subsistindo lado a lado.

No seu longo desenvolvimento, o capitalismo se utilizou de vários tipos de relações de trabalho, algumas baseadas principalmente em compulsão econômica, outras com um forte componente não econômico. Milhões de escravos foram trazidos à força da África para o Caribe, Brasil e estados do sul dos EUA. Os trabalhadores contratados da Índia e da China foram enviados para labutar na África do Sul, Malásia ou América do Sul. Trabalhadores migrantes “livres” deixaram a Europa para o Novo Mundo, para a Austrália ou outras colônias. E hoje meeiros produzem uma parcela importante da produção agrícola mundial. Essas e outras relações de trabalho são sincrônicas, mesmo quando parece haver uma tendência secular para o “trabalho assalariado livre”. Escravidão ainda existe, verifica-se um ressurgimento dos meeiros em algumas regiões. O capitalismo podia e pode escolher qualquer forma de mercantilização do trabalho que julgar conveniente em um determinado contexto histórico: uma variante parece mais rentável hoje, outra amanhã. Se esse raciocínio estiver correto, então nos cabe conceituar a classe assalariada como um tipo importante de trabalho mercantil, entre outros. Consequentemente, o chamado trabalho “livre” não pode ser visto como a única forma de exploração adequada para o capitalismo moderno, mas como uma alternativa entre várias.

Uma possível nova definição da classe trabalhadora poderia ser: *o conjunto dos “fornecedores” de força de trabalho, cuja força de trabalho é vendida ou alugada a outra pessoa, sob compulsões econômicas ou não-econômicas, independentemente de o portador da força*

de trabalho estar ele mesmo vendendo ou alugando sua força de trabalho e independentemente de ser dono dos meios de produção. Todos os aspectos desta definição provisória exigirão mais reflexão.

Tal reconceitualização e uma ampliação da noção de classe trabalhadora vão nos ajudar a compreender melhor as várias formas de resistência que têm sido utilizadas pelos trabalhadores subalternos ao longo do tempo. A abordagem clássica sugere, por exemplo, que as greves são uma forma de ação coletiva que está associada principalmente com os trabalhadores assalariados livres. Mas se olharmos para as formas nas quais o protesto é expresso e a pressão que é exercida pelos diferentes grupos de trabalhadores subalternos (incluindo os escravos, os trabalhadores independentes, o lumpemproletariado e os trabalhadores assalariados “livres”), estes parecem sobrepor-se consideravelmente.

No passado, todos os tipos de trabalhadores subalternos entravam em greve. Os mineiros de prata em Chihuahua já protestaram na década de 1730 contra o encerramento de seus contratos de trabalho por parte dos proprietários da mina. Eles se entrincheiraram nas montanhas próximas.

Lá, eles construíram um parapeito de pedra improvisado, desfraldaram uma bandeira proclamando a sua rebeldia, e prometeram atacar a vila de San Felipe, matar San Juan y Santa Cruz [o dono da mina], e queimar sua casa ao chão. Nas semanas seguintes eles se recusaram a ceder a partir de seu reduto de montanha, onde passaram o tempo compondo e cantando canções de protesto.³⁸

Os mineiros só regressaram após a mediação de um padre enviado pelo bispo. Escravos regularmente entraram em greve também. Os servos da Rússia se recusaram “a reconhecer a autoridade de seus donos sobre eles”, pararam de trabalhar para ele e resolveram “entrar em greve”.³⁹ Nas plantações no Caribe britânico no início do século XIX, houve greves de escravos:

³⁸ MARTIN, C. E. *Governance and Society in Colonial Mexico: Chihuahua in the Eighteenth Century*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1996, p. 51.

³⁹ KOLCHIN, P. *Unfree Labour: American Slavery and Russian Serfdom*. Cambridge, MA: Belknap Press, 1987, p. 258.

As rebeliões em Demerara, em 1829, e na Jamaica, em 1831, começaram como versões de greves operárias modernas, juntamente com outros atos de desafio, mas nenhum assassinato. Somente quando a milícia local retaliou com força, assumindo que este era outro levante armado, que tal ocorrência de fato ocorreu.⁴⁰

Um conceito mais amplo da classe trabalhadora vai permitir que repensemos o fenômeno da greve. Ao incluir os escravos e trabalhadores contratados, torna-se possível ver que a greve é muito importante, mas também uma forma específica da recusa coletiva de trabalho. Os chamados trabalhadores não-livres têm utilizado outras formas de recusa coletiva que merecem ser integradas à nossa análise. Todos nós conhecemos os quilombolas, os escravos que fugiram das plantações na América do Norte, assim como no Caribe e na América do Sul.

Mas, esse tipo de resistência não se limita ao Novo Mundo. Já no século IX, os Zanj, escravos de origem do Leste-Africano que trabalhavam nos pântanos de sal do Sul do Iraque, deixaram seus mestres como um grupo e construíram a cidade de Al Mukhtara, em um local escolhido por sua inacessibilidade.⁴¹ E na costa continental de Tanganica, em 1873, os escravos fugiram das plantações em grande número e fundaram a vila de Makorora, “escondido em uma moita de arbustos espinhosos ‘e com’ fortificações pesadas”.⁴²

Em 1921, os *coolies* das plantações de chá do Vale Chargola em Assam protestaram quando autoridades recusaram um aumento salarial. Eles desertaram das plantações em massa:

⁴⁰ SCHULER, M. Akan Slave Rebellions in the British Carribean. In: BECKLES, H. e SHEPHERD, V. (Org.). *Caribbean Slave Society and Economy: A Student Reader*. Kingston e London: Currey, 1991, p. 373-86 (p. 382-83).

⁴¹ POPOVIC, A. *La Révolte des esclaves en Iraq au IIIe, Ixe siècle*. Paris: P. Geuthner, 1976; id., Al-Mukhtara, *The Encyclopaedia of Islam. New Edition*, v. VII. Leiden: Brill, 1993, p. 526; id., Al-Zandj. 2. The Zandj Revolts in Irâk, *The Encyclopaedia of Islam. New Edition*, v. XI. Leiden: Brill, 2002, p. 445-446. A rebelião foi esmagada em 1883.

⁴² GLASSMAN, J. The Bondsman’s New Clothes: The Contradictory Consciousness of Slave Resistance on the Swahili Coast, *Journal of African History*, 32, 2, p. 277-312, 1991 (p. 308).

“resolveram voltar aos seus distritos de origem, entoando gritos de vitória a Mahatma Gandhi e alegando ter servido sob suas ordens”. Rapidamente, o Vale Chargola inteiro parecia deserto, com dois pomares que relataram ter “perdido” praticamente toda a sua força de trabalho, e, em média, a maioria dos pomares sofreu perdas de cerca de 30% a 60%. Os *coolies* do Vale Chargola marcharam através de Karimganj, a sede subdivisioanal, continuando sua jornada de trem ou a pé, e também por barco, fazendo seu caminho de volta para seus distritos.⁴³

Vistas neste contexto, as greves dos chamados trabalhadores assalariados livres constituem apenas uma forma de resistência coletiva contra a exploração do trabalho mercantilizado. E devemos também reconhecer que os trabalhadores assalariados livres, inversamente, muitas vezes utilizaram métodos de luta geralmente associados com outros grupos de trabalhadores subalternos, como linchamentos, motins, incêndios e bombardeios.

Ao ampliar nossa visão sobre o trabalho-mercadoria sob o capitalismo, estaremos em melhor posição para escrever a história de todos os indivíduos anônimos e famílias que, como Bertolt Brecht, escreveu, “construíram Tebas das sete portas”, e tantas vezes “cozinham os banquetes dos vitoriosos”.

TELECONEXÕES

Embora possamos reconstruir a grande diversidade e as lógicas das experiências e ações dos trabalhadores desta forma, as interconexões globais entre essas experiências e ações também exigem nossa atenção. Essas interconexões foram muitas vezes reconhecidas no passado, mas têm sido frequentemente negligenciadas por historiadores do trabalho até os dias atuais.

Rosa Luxemburgo dedicou atenção a eles quando, no ano imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, ela trabalhou em um manuscrito (incompleto), publicado postumamente sob o

⁴³ NITINVARMA, Chargola Exodus and Collective Action in the Colonial Tea Plantations of Assam, *SEPHISE-magazine* [http://sephisemagazine.org/issues/v._3_2.pdf], 2, jan. 2007, p. 34-37 (p. 34).

título *Introdução à Economia Política*. No início deste estudo, ela se envolveu em uma polêmica com Karl Bücher, um destacado representante da Escola Histórica, que negou a existência de uma economia mundial.⁴³ A fim de provar o contrário, Luxemburgo apontou as implicações sociais, políticas e econômicas da realidade global. Em apenas poucas páginas, ela iluminou como a mecanização da indústria têxtil britânica no final do século XVIII, em sua maior parte, destruiu a tecelagem manual no Reino Unido, enquanto, ao mesmo tempo, aumentou a demanda por algodão produzido por escravos norte-americanos. Quando o comércio transatlântico estagnou durante a Guerra Civil Americana, entre 1861 e 1865, a “fome de algodão” resultante em Lancashire não significava apenas a pauperização dos trabalhadores britânicos. Ela também levou à emigração de trabalhadores para a Austrália e aumentou a produção de algodão no Egito e na Índia. Ali, os camponeses foram privados de seus meios de subsistência de comercialização, causando, entre outras coisas, mais crises de fome.⁴⁵

Luxemburgo elaborou o seu exemplo com mais detalhes, mas o que interessa aqui é o fato de que ela apresenta uma narrativa que mostra o impacto real das conexões entre o desenvolvimento dos diferentes continentes. Ela demonstrou como os destinos dos escravos norte-americanos, dos trabalhadores da indústria têxtil britânica, dos pequenos agricultores no Egito e na Índia, e dos imigrantes australianos estavam ligados uns aos outros. Sua história é baseada em mudanças dentro de apenas uma cadeia de *commodities* (algodão), mas ela está atenta às causas sociais mais amplas e às implicações dessas mudanças. Ao fazê-lo, ela deu um exemplo excelente de como poderia ser a história global da classe trabalhadora subalterna. Naturalmente, outros ângulos também são concebíveis, mas o foco da história global do trabalho deve estar, penso eu, na reconstituição das interconexões globais das relações de trabalho mercantilizadas e suas consequências.

Poderíamos também chamá-las de teleconexões, seguindo o exemplo dos geólogos e meteorologistas que, desde o início

⁴⁵ R. LUXEMBURG, ‘Einführung in die Nationalökonomie,’ in: Luxemburg, *Gesammelte Werke*, v. 5 (Berlin: Dietz, 1985), p. 524-778 (p.557-60).

do século XX, têm demonstrado muitas ligações entre regiões situadas a distâncias remotas umas das outras.⁴⁶ Na realidade, os interesses imediatos dos trabalhadores em uma parte do mundo podem ter repercussões diretas para os interesses imediatos dos trabalhadores em outra parte. Tais complicações surgem em todos os tipos de formas. Uma teoria geral válida sobre eles exigiria uma pesquisa maior, mas creio que alguns exemplos devem ser suficientes apenas para ilustrar o que está em jogo:

** Processos de Trabalho em locais diferentes podem estar ligados através de cadeias globais de commodities.* Luis Valenzuela, por exemplo, mostra como a partir da década de 1830 até a década de 1860 um vínculo muito próximo existia entre os mineiros de cobre do Chile e fundições de cobre britânica em Swansea (Sul do País de Gales):

“Grandes quantidades de cobre do Chile e do régulo chegaram ao cais de Swansea para serem fundidos e refinados em fornos do Sul do País de Gales. Por outro lado, o carvão galês e tijolos refratários, bem como outros produtos britânicos foram enviados a partir do País de Gales para os portos chilenos próximos das minas a fim de pagar pelo cobre, estimulando a produção e fundição de minérios.”⁴⁷

** Processos de Trabalho são, por vezes, intrinsecamente internacionais.* Trabalhadores dos transportes, como marinheiros e estivadores constituem ligações ‘naturais’ entre regiões separadas por longas distâncias. Já nos séculos XVI e XVII, e talvez até antes, fizeram conexões logísticas entre os trabalhadores subalternos em diferentes continentes. Marinheiros “influenciaram tanto a forma como o conteúdo do protesto plebeu graças à sua presença ativa numa grande diversidade de portos

⁴⁶ Ver LINDEN, M. *Workers of the World*, p. 373-374.

⁴⁷ VALENZUELA, L. *Copper: Chilean Miners - British Smelters in the Mid-Nineteenth Century*. In: PANAYIOTOPOULOS, P. e CAPPS, G. (Org.). *World Development. An Introduction*. London e Sterling, VA: Pluto Press, 2001, p. 173-80 (p. 177).

e usavam [...] a sua mobilidade para criar ligações com outros trabalhadores.”⁴⁸ O trabalhadores da área do transporte têm um papel proeminente na disseminação transcontinental de formas de ação coletiva, como mostra a difusão do modelo dos *Industrial Workers of the World* (Trabalhadores Industriais do Mundo) dos Estados Unidos para lugares como Chile, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. Além disso, em 1911 eles foram os primeiros a organizar uma ação coletiva transcontinental, por meio de greves simultâneas na Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica e na Costa Leste dos Estados Unidos.⁴⁹

* *Os migrantes podem transmitir suas experiências aos outros trabalhadores no país onde se instalam* – como fizeram os trabalhadores indianos no Caribe e no Sudeste Asiático, os trabalhadores britânicos na Austrália, os trabalhadores italianos nas Américas e os trabalhadores chineses fizeram na diáspora asiática. Sua presença no novo país pode causar a segmentação dos mercados de trabalho, o que pode vir a conduzir a formas de ação etnicamente segregadas. E os migrantes que regressam podem importar de volta para seus países de origem um repertório de

⁴⁸ REDIKER, M. *Between the Devil and the Deep Blue Sea: Merchant Seamen, Pirates, and the Anglo-American Maritime World, 1700-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 294; LINEBAUGH e REDIKER, *The Many-Headed Hydra*.

⁴⁹ Sobre o modelo IWW, ver BURGMAN, V. *Revolutionary Industrial Unionism: The IWW in Australia*. Melbourne: Cambridge University Press, 1996; OLSEN, E. *The Red Feds: Revolutionary Industrial Unionism and the New Zealand Federation of Labour 1908-1914*. Oxford: Oxford University Press, 1988; PHILIPS, J. *The South African Wobblies: The Origin of Industrial Unions in South Africa*, *Ufahamu*, 8, 3, p. 122-138, 1978; SIMON, F. S. *Anarchism and Anarcho-Syndicalism in South America*, *Hispanic American Historical Review*, 26, p. 38-59 (1946); WALT, L. “The Industrial Union is the Embryo of the Socialist Commonwealth”: The International Socialist League and Revolutionary Syndicalism in South Africa, 1915-1920, *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, 19, 1, p. 5-30, 1999. Sobre a greve de 1911, ver LINDEN, M. “Transport Workers” Strike, Worldwide 1911. In: SCHLAGER, N. (Org.). *St. James Encyclopedia of Labor History Worldwide*. Major Events in Labor History and Their Impact. 2 vols. Detroit: Thomson e Gale, 2003, v. II, p. 334-336.

formas de ação coletiva originárias de seus respectivos países de residência temporária.⁵⁰

* *O capital dos empregadores realiza enredos intercontinentais, da mesma forma.* Os funcionários das empresas multinacionais são mutuamente conectados por meio de estruturas empresariais — um fenômeno que não data dos últimos cento e cinquenta anos, mas já tem, pelo menos, quatrocentos anos de idade.⁵¹

* *Consumo de trabalhadores subalternos dos produtos produzidos pelos trabalhadores subalternos de outros lugares é outro tipo de relacionamento.* O aumento da utilização de açúcar pelos trabalhadores na Europa no século XVIII influenciou as atividades dos escravos nas plantações de açúcar do Novo Mundo. O inverso também parece aplicar-se. Por exemplo, Sidney Mintz sugere que o açúcar tornou a dieta dos trabalhadores na Inglaterra mais variada e rica, e, portanto, ajudou a promover a revolução industrial.⁵²

⁵⁰ Ver, por exemplo, HIRA, S. *Van Priary tot en met de Kom*. De geschiedenis van het verzet in Suriname, 1630-1940. Rotterdam: Futile, 1982; JAYAWARDENA, C. Culture and Ethnicity in Guyana and Fiji, *Man*, New Series, 15, 3, p. 430-450, set. 1980; MOHAPATRA, P. The Hosay Massacre of 1884: Class and Community among Indian Immigrant Labourers in Trinidad. In: DAS, A. N. e LINDEN, M. (Org.). *Work and Social Change in Asia: Essays in Honour of Jan Breman*. New Delhi: Manohar, 2003, p. 187-230; LIPSET, S. M. Radicalism or Reformism: The Sources of Working Class Politics, *American Political Science Review*, 77, p. 1-18, 1983; GABACCIA, D. The “Yellow Peril” and the “Chinese of Europe”: Global Perspectives on Race and Labor, 1815-1930. In: LUCASSEN, J. e LUCASSEN, L. (Org.). *Migration, Migration History, History*. Berne: Peter Lang, 1997, p. 177-96; ATABAKI, T. Disgruntled Guests: Iranian Subaltern on the Margins of the Tsarist Empire, *International Review of Social History*, 48 p. 401-426, 2003.

⁵¹ LUCASSEN, J. A Multinational and its Labor Force: The Dutch East India Company, 1595-1795, *International Labor and Working-Class History*, 66, p. 12-39, outono 2004; ARRIGHI, G.; BARR, K.; HISAEDA, S. The Transformation of Business Enterprise. In: ARRIGHI, G. e SILVER, B. J. (Org.). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis e London: University of Minnesota Press, 1999, p. 97-150; CHANDLER JR., A. D. e MAZLISH, B. (Org.). *Leviathans: Multinational Corporations and the New Global History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

⁵² MINTZ, S. W. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin, 1986, p. 183.

* *O destino dos trabalhadores subalternos pode ser mediado por agências governamentais.* A introdução de restrições de imigração por Estados-nação nas últimas décadas do século XIX liga-se, provavelmente, à abolição da escravatura, à emancipação da servidão na Rússia e a outros acontecimentos que promoveram a mobilidade dos trabalhadores subalternos.

* *Por último, mas não menos importante, as ondas transnacionais de ação coletiva* devem ser mencionadas. Além de instigar a primeira revolução russa em 1905, a vitória japonesa sobre a Rússia promoveu forças nacionalistas anticolonialistas em toda a Ásia, e incentivou a ação coletiva dos trabalhadores em muitos lugares.⁵⁴ A segunda Revolução Russa de março de 1917 e a tomada do poder pelos bolcheviques inspirou um aumento explosivo de ações coletivas dos trabalhadores em todos os continentes.⁵⁵ A revolta húngara de 1956 — influenciada pela instabilidade anterior em Poznan — foi um “poderoso estímulo” para o conflito trabalhista em Xangai no ano seguinte.⁵⁶

CONCLUSÃO

A ascensão da história global do trabalho significa que teremos de integrar os conhecimentos da velha e da nova história

⁵⁴ Ver, por exemplo, KREISER, K. Der japanische Sieg über Russland (1905) und sein Echo unter den Muslimen, *Die Welt des Islams*, 21, p. 209-239, 1981; SOHRABI, N. Historicizing Revolutions: Constitutional Revolutions in the Ottoman Empire, Iran and Russia, 1905-1908, *American Journal of Sociology*, 100, p. 1383-1447, 1994-1995.

⁵⁵ Ver, por exemplo, McINNES, N. The Labour Movement. In: *The Impact of the Russian Revolution 1917-1967: The Influence of Bolshevism on the World outside Russia*. London: Oxford University Press, 1967, p. 32-133. A influência pode ter sido propaganda direta ou indireta da mídia. Os trabalhadores iranianos imigrantes que foram trabalhar regularmente no sul da Rússia são um exemplo nesse sentido. No início da década de 1920, os sindicatos se expandiram mais rapidamente no norte e noroeste do Irã do que em outras partes do país, graças à “proximidade com a Rússia”: LADJEVARDI, H. *Labor Unions and Autocracy in Iran*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1985, p. 8.

⁵⁶ PERRY, E. Shanghai's Strike Wave of 1957, *China Quarterly*, 137. p. 1-27, mar. 1994 (p. 11).

do trabalho em uma nova perspectiva. Esta perspectiva permitirá também um novo olhar sobre a região do Atlântico Norte, prestando muita atenção às relações informais de trabalho, à servidão por dívidas, e assim por diante. Nesse sentido, a história do trabalho pode retornar ao seu ponto de partida histórico. Ao mesmo tempo, uma abordagem global estimula questões para investigação que não poderiam ser tratadas anteriormente – como as conexões globais entre os grupos da classe trabalhadora através de “cadeias de commodities”, a lógica da segmentação mundial de classes, ou a história das corporações multinacionais vinda “de baixo”.

O polímata austríaco Otto Neurath escreveu uma vez que os estudiosos são como marinheiros, que em alto mar querem mudar a forma de seu pesado navio. Para a remodelação do esqueleto e do casco do navio eles usam não apenas velhas tábuas de construção, mas também troncos. Eles não podem ancorar a nave e começar de novo. Enquanto trabalham, permanecem a bordo da velha construção e aguentam fortes ondas e tempestades. Durante a reconstrução, tomam o cuidado de que não haja qualquer goteira. Um novo navio cresce para fora do antigo, passo a passo.⁵⁷

Este parece ser o caso dos historiadores globais do trabalho. Mas sua tarefa é ainda mais intimidante. Troncos não são suficientes para eles, pois eles têm de construir um navio novo, muito maior e ainda assim manobrável, juntamente com as tripulações de outros navios, como os marinheiros a bordo da fragata da história da escravidão.

Tradução Maia Gonçalves Fortes

Revisão técnica da tradução Alexandre Fortes e
Fernando Teixeira da Silva

⁵⁷ NEURATH, O. Grundlagen der Sozialwissenschaften. In: HALLER, R. e RUTTE, H. (Org.). *Gesammelte Schriften*. Vienna: Hölder-Pichler-Tempsky, 1981, p. 901-18 (p. 918).

LABOUR HISTORY BEYOND BORDERS

ABSTRACT

This text seeks, in the first place, to deepen our understanding of the concept of Labour History, analyzing the historical conditions of its emergence and examining the ties between Eurocentrism and “methodological nationalism”, responsible for a teleological historiography that naturalizes the nation-state and is filled with prejudices in relation to countries outside the North Atlantic. In the second place, the article examines the advances and limits of the “New Labour History”, which emerged in the 1960s, as well as more recent studies about workers in the so-called “Global South” (countries in Latin America, Africa and Asia). The article then presents the efforts of labor historians to construct networks, organize congresses and research dealing with “Global Labour History”, defined in the text in conceptual, thematic and chronological terms, passing primarily through the reconceptualization and amplification of the notion of working class.

KEYWORDS

Global Labour History. Eurocentrism. Africa. Asia.



Caricatura de Edgard Leuenroth. Autoria: Falcão. [S.l., s.d.].
(Acervo Família Leuenroth, foto reproduzida n. 24.)